

Economia - Brasil

## PARADOXOS

Mauro Santayana

Os paradoxos constituem incitante exercício intelectual e, analisados, têm servido para o diagnóstico de graves psicopatias. Mas os paradoxos, na banalização contemporânea do termo, se tornam ridículos, quando a força do poder pretende transformá-los em ortodoxias dogmáticas. Os conhecedores dos conceitos puros da lógica dirão que caímos em uma aporia — e é verdade. O que é paradoxal não pode ser ortodoxo, mas é o que tenta fazer o governo, porque esse governo se sente autorizado a reformar tudo, até mesmo as leis da lógica. Nem todos conseguimos identificar as evidentes contradições: temos os olhos ofuscados pelos *spot-lights* e os ouvidos entupidos pela repetição monótona da mentira neoliberal.

A contradição de base é a da política econômica. O dever do Estado é o de promover a prosperidade com segurança, mediante a produção de bens e serviços, com a mobilização dos recursos internos. Toda sociedade que produz o que necessita tem sua moeda estável, e se produz mais do que necessita, pode competir no mercado internacional, tanto na exportação como nas importações, sobretudo de tecnologia e bens de capital mantendo equilibradas as suas contas externas e exercendo controle efetivo sobre o câmbio. Só as nações com grande poderio bélico podem dever sem submeter-se. Sabemos disso pela experiência histórica. Contra essa evidência, os gênios monetaristas partem do princípio de que a moeda só é forte se a sociedade for débil, isto é, se houver menos consumo, menos produção, menos arrecadação, menos exportação, e mais importação, mais falências, mais desemprego. Como importar sem exportar significa déficit, e se, para cobrir esse déficit, temos que atrair mais capitais externos de curto prazo, pagando sempre juros mais altos, caímos na armadilha, e só a coragem política da mudança do modelo nos pode salvar. Prova da insensatez: a dívida pública (externa e interna) já é de 30,3% do PIB, segundo o sr. Horácio Piva. De acordo com a Fiesp, a massa salarial da indústria paulista caiu 9,3% de março para abril, o que reduzirá, na mesma proporção, a arrecadação tributária. Teremos que pagar, este ano, 28,6 bilhões de dólares aos credores externos, reduzindo as famosas reservas, e não poderemos manter os preços estáveis sob a ameaça das importações, a não ser que aumentemos ainda mais os juros, o que significará o suicídio do país. Mas o sr. Fernando Henrique continua repetindo o que a ortodoxia do Banco Central lhe manda dizer, que “não aceita” retomar o desenvolvimento econômico, para não “aquecer a economia”.

O governo anunciou que vai investir na pequena e média empresa. Para isso há recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, parcela retirada dos salários que, em outra contradição espantosa, tem sido usado para financiar empresas multinacionais. Pois bem, o sr.

Mendonça de Barros, o mesmo que ganhou milhões em operações cambiais, já ditou as normas: as pequenas empresas só terão acesso ao dinheiro se oferecerem como garantias reais o dobro do que pedirem emprestado. Que garantias ofereceu o sr. Násser para receber de graça o Banco Econômico, com um “reforço de caixa” de 750 milhões? Essa é a *doxia* do governo. Ou o dogma do Banco Central.

A mais perturbadora coleção de contradições pode ser identificada no discurso presidencial de segunda-feira. O presidente, além de identificar os seus opositores como “neoburros”, disse que “agora, o banco quebra, e o depositante, não”. Com isso anunciou como novo o que vem sendo a política governamental desde que o sr. Roberto Campos inventou o Conselho Monetário no fim de 1964 e foi o

seu primeiro beneficiário, com a “fusão” do banco que não soube administrar. Desde então, alguns bancos têm quebrado, e depositantes ressarcidos de seus haveres, embora os banqueiros nada tenham sofrido, nem em seu patrimônio, nem em sua liberdade. Quem paga a conta é sempre o cidadão que, se não o paga como correntista, paga-a como contribuinte.

Disse também o presidente que “quem tem cheque, tem dinheiro” e que, portanto, vai ressuscitar o Imposto de Movimentação Financeira. O senador Fernando Henrique quis um dia taxar as grandes fortunas, mas se arrependeu disso ao se tornar presidente. Não é contradição taxar quem recebe os seus salários pela rede bancária e isentar os banqueiros que acumulam bilhões com os juros que lhes paga o governo?

O Incra se prepara para indenizar os *proprietários* da Fazenda Macaxeira com 1,8 milhões. Segundo denúncia da antropóloga Maria Conceição Incao, os “donos” são meros concessionários da exploração de um castanhal. Quando o preço internacional da castanha caiu, derrubaram as castanheiras e formaram pastagens. Em uma ordem jurídica correta, o Estado deveria, sim, não só os expulsar de lá, como deles exigir indenização pela destruição do patrimônio público.

O presidente quer impedir que os fundos de pensão, com a Previ à frente, comprem a participação do Banco Bozano Simonsen na Usiminas, porque isso significaria retorno ao monopólio estatal. Mas o seu mesmo governo, por intermédio do sr. Nelson Jobim, impediu que o Cade proibisse o Grupo Gerdau de controlar a produção de um tipo de aço no país. O sr. Gerdau pode. Centenas de milhares de participantes dos fundos de pensão não podem.

Segundo alguns psicoterapeutas, o paradoxo é recurso habitual na comunicação dos esquizofrênicos. Como há indivíduos esquizofrênicos, há também governos esquizofrênicos. Os governos se tornam esquizofrênicos quando perdem a consciência das relações reais e criam um mundo limitado por suas próprias e discutíveis razões, sua própria e discutível “lógica”.

Como sua excelência se queixa muito dos pessimistas, temos sinais objetivos que nos levam ao otimismo. Apesar da gritaria e dos holofotes, os empresários estão vendo as coisas com clareza. O sr. Roberto Nicolau Jeha, em um debate, segunda-feira, em São Paulo, disse que “o Brasil não tem uma estratégia de inserção no mercado mundial, e sim de “doação”. E repetiu com a boa razão, que “é preciso expandir o mercado interno, por meio da distribuição de renda”. Para isso, completou, é fundamental “um pacto entre a burguesia industrial e os trabalhadores, para retirar a burguesia financeira do poder”.

A Fiesp atua a fim de derrubar os artigos 5, 6, 7 e 8 da Medida Provisória 1.410, redigida pelos “juristas” do Banco Central. Esses dispositivos, contrariando todos os princípios do Direito, autorizam os bancos a arrestar sumariamente os bens dos devedores, não permitindo que discutam previamente a legitimidade ou não da dívida, e determinam a cobrança de juros sobre juros, medidas que atingem também os portadores de cheques especiais.

Há setores do governo agachados e convencidos de que não temos mais possibilidade de manter a soberania nacional afirmada com sangue em Lomas Valentinas e em Monte Castelo, e é melhor fazer tudo o que os outros mandam. É preciso que os patriotas se unam, para conduzi-los ao seu dever para com a Nação. Do contrário, corremos o risco de nos tornar novo, imenso e humilhado Porto Rico.

■ Mauro Santayana é jornalista

Ilustração: Fred Lobo

